CTA – CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES ECONÓMICAS DE MOÇAMBIQUE

PROPOSTA DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO
2027

Por uma CTA Dinâmica, Inclusiva, Sustentável e Ética

Maputo, Novembro de 2026

Índice

1. INTRODUÇÃO 1
2. CONTEXTO MACROECONÓMICO 2
3. PLANO DE ACTIVIDADES 2027 5
3.1 **Actividades Planificadas por Área Estratégica** 7
3.1.1 **Reforço da capacidade institucional, Coesão e Representatividade** 7
3.1.1.1 **Desenvolvimento Associativo** 7
3.1.1.2 **Gestão de Recursos Humanos** 9
3.1.1.3 **Administração e Finanças** 10
3.1.2 **Ambiente de Negócio e Clima de Investimento Competitivos** 11
3.1.2.1 **Infraestruturas e serviços como factores de competitividade** 16
3.1.2.2 **Conteúdo local e Desenvolvimento do capital humano** 17
3.1.2.3 **Investigação e Análise Económica** 19
3.1.3 **Fortalecimento das MPMEs e promoção do empreendedorismo feminino e juvenil** ... 20
3.1.4 **Relação de actividades a serem desenvolvidas pelo Gabinete Jurídico** 22
4 **ORÇAMENTO** 24
4.1 Previsão de Receitas 24
4.1.1 Receitas Próprias 24
4.1.2 Apoio de Parceiros de Cooperação 25
4.2 Previsão da Despesa 26
4.2.1 Previsão da Despesa por Área Estratégica 26
4.2.2 Actividades com Maior Impacto Orçamental 27
5 **Monitoria e Avaliação** 29
6 **CONCLUSÃO** 30

Índice de figuras e tabelas

Gráfico 1. Evolução do volume do comércio externo 2023-I Sem 2026 4

Tabela 1. Perspectivas de Crescimento Económico e Taxa de Inflação Global 2
Tabela 2. Perspectivas de Crescimento Económico e Taxa de Inflação Africa Subshariana e SADC 3
Tabela 3. Perspectivas de Crescimento Económico e Taxa de Inflação domestico 3
Tabela 4. Matriz de Orientação para Resultados e Monitoria 6
Tabela 5. Actividades de Desenvolvimento Associativo 7
Tabela 6. Actividades de Gestão de Recursos Humanos 9
Tabela 7. Actividades de Administração e Finanças 10
Tabela 8. Matriz de Reformas Prioritárias para 2027 12
Tabela 9. Actividades de DPP 12
Tabela 10. Actividades de Infraestruturas e serviços como factores de competitividade 17
Tabela 11. Actividades de Conteúdo local e Desenvolvimento do Capital Humano 17
Tabela 12. Actividades de Investigação e Análise Económica 19
Tabela 13. Actividades de Desenvolvimento e Apoio Empresarial 21
Tabela 14. Actividades do Gabinete Jurídico 22
Tabela 15. Previsão de Receitas Total (Meticais) 24
Tabela 16. Fonte de Receitas Próprias (Meticais) 25
Tabela 17. Cenários de Sensibilidade das Receitas de Rendas e Dividendos 25
Tabela 18. Previsão de Receitas Provenientes de Parceiros de Cooperação (Meticais) 26
Tabela 19. Previsão da Despesa por Área Estratégica (Meticais) 26
Tabela 20. Despesa Prevista das Actividades com Maior Impacto Orçamental (Meticais) 27
Tabela 21. Matriz de Riscos e Medidas de Mitigação 29

Lista de Abreviaturas

CASP	Conferência Anual do Sector Privado
CED	Conselhos Empresariais Distritais
CEN	Conselho Empresarial Nacional
CEP	Conselho Empresarial Provincial
CMAN	Conselho de Monitoria do Ambiente de Negócios
CTA	Confederação das Associações Económicas de Moçambique
DEPs	Delegações Empresariais Provinciais
DPP	Diálogo Público Privado
FACIM	Feira Internacional de Maputo
FENA	Feira Económica da Província de Nampula
FEP	Fórum Empresarial Provincial
FER	Fórum Empresarial Regional
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAE	Gabinete de Apoio Empresarial
GIRBI	Grupo Interministerial para Remoção de Barreiras ao Investimento
MCNET	*Mozambique Community Network* S.A. (Parte da Solução Janela Única Electrónica)
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAMAN	Plano de Acção para Melhoria do Ambiente de Negócios
PAPE	Plano de Acção da Politica de Emprego
PRECE	Plano de Recuperação e Crescimento Económico
UDARI	Unidade de Desenvolvimento do Associativismo e Relações institucionais
UIAE	Unidade de Investigação e Análise Económica
UPCR	Unidade de Promoção e Coordenação de Reformas

ÓRGÃOS SOCIAIS



1. INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta a proposta do Plano de Actividades da Confederação das Associações Económicas de Moçambique – CTA para 2027.

A CTA é uma organização económica, não-governamental e apartidária, que representa os interesses do sector privado moçambicano no processo de diálogo com o Governo. A sua missão é contribuir para a criação de um ambiente de negócios propício ao desenvolvimento sustentável do sector privado, promovendo um movimento associativo forte, participativo e socialmente responsável, capaz de influenciar reformas económicas e de impulsionar a competitividade e qualidade empresariais em Moçambique.

Esta proposta de plano de actividades está alinhada com os objectivos estratégicos definidos no Plano Estratégico 2026-2029. O foco permanece na consolidação do Diálogo Público-Privado (DPP), no reforço da capacidade de advocacia junto às instituições públicas e na promoção de políticas inclusivas que favoreçam um ambiente de negócios mais dinâmico e atrativo ao investimento nacional e estrangeiro.

O plano é elaborado num contexto económico particularmente desafiante. O país atravessa ainda os efeitos da recessão e da instabilidade registadas nos últimos anos, marcadas pela desaceleração económica global e regional, pela volatilidade dos mercados internacionais e pelo impacto prolongado da escassez de moeda estrangeira, cujos reflexos continuam a condicionar a actividade empresarial e a confiança dos investidores.

Apesar deste cenário, existem perspectivas moderadamente positivas de que 2027 apresente um desempenho económico superior ao de 2026, impulsionado pelo gradual restabelecimento da estabilidade macroeconómica, pela retoma progressiva do investimento e pela expectativa de avanços em sectores estratégicos. Todavia, importa realçar o impacto do fenómeno climático El Nino e a continuidade das tensões geopoliticas no medio oriente que poderão impactar o ano 2027.

As acções previstas no Plano para 2027 incluem iniciativas a nível da sede da CTA e das Delegações Empresariais Provinciais, abrangendo eventos de diálogo sectorial, actividades de capacitação empresarial, monitoria de reformas, e participação em fóruns nacionais e internacionais estratégicos para os interesses do sector privado.

Para 2027, a CTA coloca uma atenção especial no reforço da coesão interna, como um dos seus principais objectivos. Este esforço será materializado através de visitas regulares aos membros, visando fortalecer a proximidade, ouvir preocupações, recolher contribuições e consolidar a representatividade do movimento empresarial.

Com esta proposta, a CTA reafirma o seu compromisso com a construção de uma economia mais competitiva, resiliente e orientada para o crescimento inclusivo, ancorado na força do empreendedorismo nacional.

2. CONTEXTO MACROECONÓMICO

A nível externo, as projecções macroeconómicas (FMI, Outubro de 2026) indicam um cenário de recuperação e estabilidade na actividade económica global, após os choques dos anos anteriores. O crescimento económico mundial é projectado para se manter estável a médio prazo, impulsionado pelos mercados emergentes e economias em desenvolvimento. Especificamente, o crescimento para as Economias Desenvolvidas é esperado em torno de 1,8% em 2027, e para as Economias Emergentes e em Desenvolvimento é projectada uma expansão de cerca de 4,4% em 2027.

Tabela 1. **Perspectivas de Crescimento Económico e Taxa de Inflação Global**

	Taxa de Crescimento Económico				Taxa de Inflação Média Anual			
	2024	**2025**	**2026proj**	**2027proj**	**2024**	**2025**	**2026proj**	**2027proj**
FMI	3,3%	3,5%	3,1%	3,4%	5.8%	4.1%	4,7%	4,1%

Fonte: FMI, Outubro 2026

A dinâmica da actividade global é acompanhada por uma expectativa de volatilidade na inflação mundial, com a taxa de inflação estimada em 4,7% em 2026 e 4,1% em 2027. A subida observada em 2026 é explicada pela alta de preços de alimentos e energia, incluindo combustíveis, tendência que se espera melhore em 2027.

Por seu turno, o volume do comércio mundial apresenta sinais de relativa estagnação, com um crescimento médio anual projectado de 4,7% em 2027, contra os 5,0% e 4,6% observados em 2025 e 2026, respectivamente, reflectindo os efeitos da nova política comercial dos EUA e dos ajustamentos nos fluxos de comércio e reconfiguração das cadeias de produção global.

A nível da Africa Subshariana espera-se que o crescimento se situe em 4,5% tanto em 2026 como 2027. A região da SADC apresenta uma recuperação gradual, mas desigual. Os países que se destacam são Tanzânia com 6,0% em 2026, e 5,9% em 2027; e Zâmbia com recuperação para 5,6% em 2026 e 4,9% em 2027. Todavia, África do Sul, maior economia da SADC, mantém um crescimento fraco, próximo de 1% ao ano.

Os determinantes desta evolução serão por um lado a continuidade das políticas de estabilização, aumento de investimentos na transição energética e digital, e implementação de reformas, e do outro lado, a redução dos fluxos de ajuda externa, o aumento das taxas de juro, choques climáticos severos, especialmente associados ao fenómeno El Niño.

Tabela 2*. **Perspectivas de Crescimento Económico e Taxa de Inflação Africa Subshariana e SADC***

	Taxa de Crescimento Económico			Taxa de Inflação Média Anual		
	2025	**2026proj**	**2027proj**	**2025**	**2026proj**	**2027proj**
Africa Subshariana	4,5%	4,5%	4,5%	3,4%	4,3%	5%
SADC	3,4%	3,8%	3,7%	13,7%	6,7%	5,8%

Fonte: FMI, Outubro 2026

A inflação será determinada pelos custos dos combustíveis e dos transportes, bem como o impacto sobre custo dos alimentos decorrente do preço e fertilizantes e outros insumos importados.

Contudo, persistem riscos significativos como é o caso da incerteza sobre a política comercial e as tensões geopolíticas globais, bem como o impacto do fenomeno climático *El Nino*, que influenciam a evolução dos preços das commodities e a actividade económica nos principais destinos das exportações moçambicanas.

A nível doméstico, as perspectivas macroeconómicas para 2027 apontam para um panorama de expansão da actividade económica, mas com pressões inflacionárias persistentes e desafios nas finanças públicas.

A proposta do Plano Económico e Social e Orçamento 2027 (Governo de Moçambique, Outubro de 2026) prevê um crescimento económico de 1,6% em 2027.

Tabela 3. **Perspectivas de Crescimento Económico e Taxa de Inflação doméstico**

	Taxa de Crescimento Económico				Taxa de Inflação Média Anual			
	2024	**2025**	**2026proj**	**2027proj**	**2024**	**2025**	**2026proj**	**2027proj**
Gov	1,9%	-0,2%	0,6%	1,6%	3.2%	7%	3,7%	7,0%
FMI	2.3%	-0,5%	1,0%	2,0%	2.8%	3.6%	5,6%	6,8%

Fonte: Governo de Moçambique, FMI

O governo reviu em baixa a projeção de crescimento para 2026, que inicialmente estava em 2,8%

No que se refere aos preços, prevê-se a persistência da estabilidade do nível geral de preços, prevendo-se que continue em 1 dígito em 2027, a semelhança de 2026. Todavia, o FMI prevê que a inflação atinja 5,6% em 2026 e 6,8% em 2027, principalmente devido ao aumento dos preços dos alimentos locais.

Espera-se que a actividade económica seja afectada negativamente pelos choques climáticos, com destaque para o El Nino, de que se prevê afectar um maior número de distritos a nível do país, sem deixar de frisar o impacto da aquisição de commodities no mercado global, que tem afectado em grande parte os preços dos bens administrados.

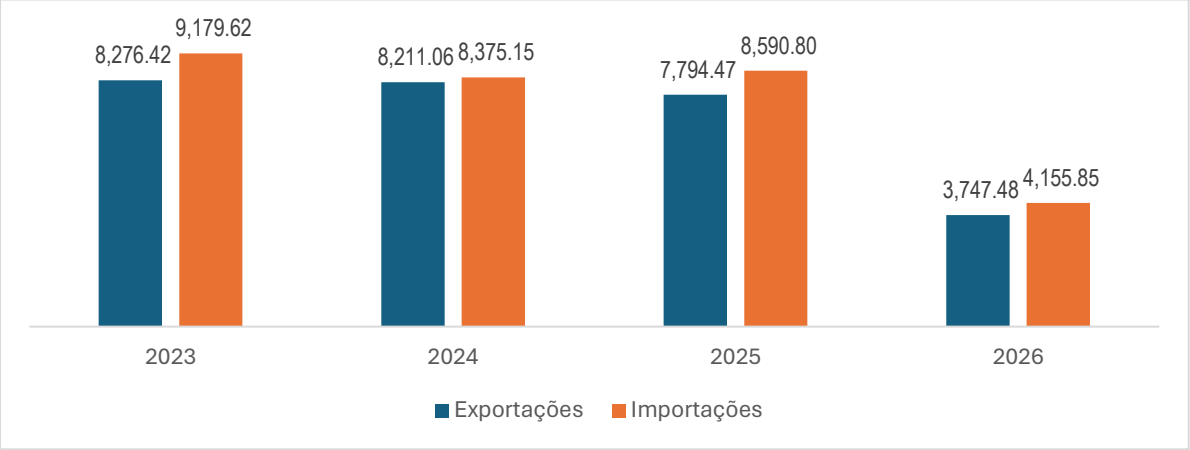
A política do Governo para 2027, materializada no Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE), continuará a priorizar o investimento em Infraestruturas, Agricultura e Energia como eixos de transformação económica, a par da aceleração dos investimentos no contexto da materialização dos projectos de Oil & Gas. Em 2027, o Governo mantém a aposta no reforço da credibilidade e transparência fiscal e no dinamismo da arrecadação de receitas.

Entretanto, prevê-se a continuidade de constrangimentos em termos de liquidez que a economia moçambicana ainda experimenta, mormente a reorientação dos fluxos de ajuda externa a nível internacional, a escassez de divisas no mercado, os altos níveis de endividamento interno e o espaço fiscal existente que ainda não permite uma despesa pública que possa induzir uma maior procura de bens e serviços.

Igualmente, o país é vulnerável a alterações climáticas e a prevalência de focos de instabilidade na província de Cabo Delgado.

Nos últimos anos, observa-se um decréscimo no volume de importações, sendo de destacar a redução em 9% entre 2023 e 2024. O ano de 2025 registou uma ligeira melhoria comparativamente a 2024, com um ligeiro aumento do volume de importações na ordem dos 2.6%.

Gráfico 1. **Evolução do volume do comércio externo 2023-I Sem 2026**



Fonte: Banco de Moçambique, www.bancomoc.mz;

Segundo dados do Banco de Moçambique, no primeiro semestre de 2026, o país registou operações de comercio externo de bens e serviços no valor de USD 7,9 mil milhões, cifra que denota uma tendência de ligeira melhoria face ao verificado em 2025.

3. PLANO DE ACTIVIDADES 2027

A elaboração do presente Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2027 tem como referência o Plano Estratégico 2026-2029, bem como os contributos das unidades orgânicas da CTA, dos Pelouros e das Delegações Empresariais Provinciais. O documento incorpora, igualmente, as lições aprendidas e a experiência resultante da implementação do Plano de Actividades e Orçamento de 2026, com especial enfoque no período compreendido entre Janeiro e Setembro de 2026.

Este Plano tem como principal objectivo contribuir para a consolidação do papel da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) como interlocutor privilegiado do sector privado no processo de formulação de políticas públicas. Para tal, prevê a implementação de acções orientadas para a materialização dos seguintes objectivos estratégicos:

- Reforço da capacidade institucional, da coesão e da representatividade, através do fortalecimento das organizações empresariais e do desenvolvimento das competências técnicas e de gestão das empresas associadas;
- Promoção de um ambiente de negócios e de um clima de investimento mais competitivos, assegurando uma participação activa, estruturada e influente do sector privado nos processos de formulação e tomada de decisão governamental;

- Desenvolvimento de infra-estruturas e serviços como factores de competitividade, reforçando a participação do sector privado na concepção, edificação e gestão de infra-estruturas estratégicas para o crescimento económico;

- Fortalecimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) e promoção do empreendedorismo feminino e juvenil, através da implementação de iniciativas de apoio empresarial que contribuam para o desenvolvimento de negócios sustentáveis e inclusivos; e

- Promoção do conteúdo local e desenvolvimento do capital humano, incluindo o conteúdo local na despesa pública, visando o aumento da participação do empresariado nacional nas cadeias de valor dos grandes projectos e o reforço das capacidades produtivas nacionais.

A implementação destas acções estratégicas ao longo de 2027 será determinante para consolidar os resultados alcançados nos anos anteriores, reforçar a competitividade do sector privado e preparar as empresas moçambicanas para os desafios e oportunidades associados à evolução do ciclo económico nacional e internacional.

A execução do Plano de 2027 observará a cadeia de actividades–produtos–resultados, assegurando a ligação entre cada actividade, tendo como referência o objectivo estratégico do Plano Estratégico 2026–2029, o indicador, a meta, a unidade responsável, o prazo e os recursos orçamentados. A Direcção Executiva consolidará esta informação numa matriz única de desempenho.

Tabela 4**. Matriz de Orientação para Resultados e Monitoria**

Nível	O que será acompanhado	Exemplos de indicadores
Actividades	Acções realizadas pela CTA.	Reuniões de diálogo; auscultações; visitas; workshops; missões.
Produtos	Entregáveis directamente produzidos.	Propostas técnicas submetidas; estudos concluídos; relatórios publicados; fornecedores qualificados; planos de acção acordados.
Resultados	Mudanças verificáveis para os membros e empresas.	Propostas adoptadas/implementadas; procedimentos simplificados; custos reduzidos; contratos obtidos por empresas nacionais; empresas com acesso a financiamento/mercados.

Neste diapasão, olhando para as principais áreas de actuação da CTA, para o período retromencionado propõe-se a implementação as actividades que a seguir se apresentam.

3.1 Actividades Planificadas por Área Estratégica

3.1.1 Reforço da capacidade institucional, Coesão e Representatividade

3.1.1.1 Desenvolvimento Associativo

Nesta área estratégica serão desenvolvidas actividades conducentes a: (i) a promover a federalização de alguns sectores; (ii) promoção do desenvolvimento associativo; (iii) capacitação das associações empresariais e (iv) realização de duas das assembleias gerais ordinárias. A tabela abaixo discrimina as metas que a CTA se propõe a alcançar no que se refere ao desenvolvimento associativo.

Tabela 5. **Actividades de Desenvolvimento Associativo**

Actividades	Indicador	Metas				Resultado Esperado	Responsável
		I	II	III	IV		
Realizar visita aos associados e aos membros do CEN e avaliação do seu grau de satisfação	N.º de visitas realizadas aos associados N.º de vistas realizadas ao CEN	10 10	10 10	10 10	10 10	Fidelizar os membros	UDARI
Identificar e angariar novos membros	N.º de novas associações angariadas N.º de novos membros CEN	3 2	3 2	3 2	3 2	Alargada a base dos membros Fortalecida a representatividade da CTA	UDARI
Preparar e realizar a Assembleia-Geral	N.º de Assembleia-Geral realizadas	1			1	Assegurado o cumprimento estatutário/boa governação	UDARI, GJ
Realizar um Brinde de Fim de Ano	N.º de brindes realizadas				1	Dar o informe preliminar do desempenho da CTA e perspectivas do ano seguinte Espaço de network	UDARI
Mobilizar recursos para realizar um retiro institucional	Retiro realizado			1		Reforçada a coesão interna e alinhadas as prioridades estratégicas para 2027	UDARI, RH, UPCR
Organizar Missões Empresariais para dentro e fora do Pais, e intercâmbios empresariais	N.º de intercâmbios e missões realizadas	1	1	1	1	Identificadas oportunidade de parcerias e investimentos entre os países parceiros de Moçambique	UDARI, GAE

Prover apoio técnico aos membros	N.º de associações assistidas	10	10	10	10	Reforçada a capacidade técnica e organizativa das associações assistidas	UDARI
Produzir e circular pelos membros de Newsletter e outras informações	N.º de tiragens	10	10	10	10	Membros actualizados sobre as actividades da CTA	UDARI
Receber, rever e fazer a circulação da informação em tempo útil	Informações publicada	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Membros actualizados sobre as actividades da CTA	UDARI
Actualizar regularmente o Website e outras plataformas de comunicação tornando-as interactivas	N.º de actualizações	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Membros actualizados sobre as actividades da CTA	UDARI
Operacionalizar as parcerias existentes	N.º de parcerias operacionalizadas	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Melhorado o aproveitamento dos Memorandos	UDARI, GJ
Implementar a Estratégia de Comunicação e Imagem Institucional	N.º de acções implementadas	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Reforçada a visibilidade e consolidada a imagem institucional da CTA	UDARI
Implementar o projecto CTA Business PODCAST	N.º de podcast realizados	3	3	3	3	Discutidos assuntos da actualidade	UDARI
Briefing com Editores dos Órgãos de Comunicação Social	N.º de briefings organizados		1			Melhorada a relação com os órgãos de comunicação social e ampliada a cobertura das posições da CTA	UDARI
Apoiar na organização de feiras regionais e nacional de negócios (FACIM, FENA, Agronegócio, e outras)	N.º de feiras realizadas		1	2	1	Promovidas oportunidades de negócio e a visibilidade das empresas associadas	UDARI, GAE
Actualizar a Base de dados dos Membros, do CEN e de empresários, no âmbito da digitalização institucional	N.º de actualizações	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Base de dados de membros, do CEN e de empresários actualizada e fiável	UDARI
Implementar um programa de capacitação aos membros	N.º de membros capacitados	3	3	3	3	Reforçadas as competências técnicas e de gestão dos membros	UDARI

Apoiar todas as unidades na organização de eventos	N.º de eventos organizados	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Eventos das unidades da CTA organizados com qualidade e dentro dos prazos	UDARI
Instituir registo único das preocupações dos membros	Registo único instituído e operacional; preocupações registadas e encaminhadas	1	Permanente	Permanente	Permanente	Classificadas e encaminhadas as preocupações	UDARI

A actividade de visitas aos associados e membros do CEN será articulado entre a sede, as Delegações Empresariais Provinciais, os Conselhos Empresariais Distritais, os Pelouros e as associações sectoriais. A auscultação deverá organizar as preocupações por província, sector e dimensão da empresa e alimentar directamente a agenda de advocacia da CTA.

Conforme a tabela 5 elucida, a coesão institucional e associativa constitui um dos principais objectivos estratégicos para 2027. Neste sentido, a CTA pretende reforçar a proximidade com os seus membros, promovendo uma actuação mais alinhada, participativa e representativa em todo o território nacional. Para tal, está previsto a realização de um retiro institucional e um programa estruturado de visitas regulares aos membros, abrangendo associações empresariais, empresas e delegações provinciais, com o propósito de ouvir preocupações, identificar desafios concretos, recolher contributos para a advocacia e fortalecer a unidade do movimento empresarial.

Importa referir que em relação as missões empresariais terão como foco o agronegócio. Neste sentido, prevêem-se, entre outros, as missões ao Brasil, Vietname, Guiana, Marrocos e Quénia. A nível interno, prevê-se realizar fóruns de negócios com Portugal, Turquia, França, Namíbia, entre outros.

3.1.1.2 Gestão de Recursos Humanos

A nível da gestão de recursos humanos, em 2027, prevê-se implementar actividades que permitirão consolidar os mecanismos de gestão de pessoas e garantir maior eficiência organizacional. De forma especifica, a tabela abaixo mostra de forma detalhada as actividades a serem desenvolvidas:

Tabela 6. **Actividades de Gestão de Recursos Humanos**

Actividades	Indicadores	Metas				Resultado esperado	Responsável
		I	II	III	IV		
Implementar um programa de apoio a capacitação institucional	Colaboradores capacitados	1	1	1	1	Colaboradores capacitados	RH
Implementar e monitorar o Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD)	Avaliação implementada e aplicada				1	100% dos colaboradores avaliados	RH

Actualizar a base de dados de RH (físico, PHC e processos individuais), no âmbito da digitalização institucional	Base de dados actualizada	3	3	3	3	Actualização concluída até Novembro	RH
Assegurar o processamento e pagamento de salários	Processamento salarial regular	3	3	3	3	12 meses cumpridos	RH
Assegurar o controlo da assiduidade de todas as Unidades e CEPs	Controlo de assiduidade assegurado	Permanente				Reduzido absentismo e aumentado a produtividade.	RH
Executar o Plano de Reestruturação, redefinindo responsabilidades e tarefas dos colaboradores	Plano elaborado	1				Estrutura funcional optimizada e alinhada aos objectivos estratégicos	RH

Atenção especial será dada ao reforço da capacidade de assistência aos Pelouros, enquanto mecanismos operativos do DPP.

3.1.1.3 Administração e Finanças

No que tange ao desenvolvimento institucional, em 2027, serão realizadas actividades centradas no reforço da capacidade interna de gestão administrativa e financeira, com vista à melhoria contínua da transparência, eficiência e qualidade na prestação de contas e apoio à gestão estratégica da organização.

A tabela abaixo apresenta de forma detalhada as actividades a serem desenvolvidas pela Unidade de Administração e Finanças:

Tabela 7. **Actividades de Administração e Finanças**

Actividades	**Indicador**	**Meta**				**Resultados esperados**	**Responsável**
		I	**II**	**III**	**IV**		
Assegurar a disponibilidade da informação financeira mensal	Até dia 10 de cada mês	3	3	3	3	Balancetes e controlo orçamental	UAF
Garantir os recursos financeiros para a implementação do Plano	>127 milhões MT	Permanente				Receita/custo dentro do orçamento	UAF

Realizar auditoria externa às contas da CTA	Contas de 2026 aprovadas em AG	1				Auditoria realizada	UAF
Garantir a logística de eventos/viagens	100% garantido, até 7 dias antes	Permanente				Logística organizada previamente	UAF
Registar, actualizar e reconciliar movimentos contabilísticos	100% de actualização contínua	Permanente				Sistema contabilístico actualizado	UAF
Monitorar o pagamento das dívidas aos fornecedores	100% registado	Permanente				Garantir o pagamento de dívida	UAF
Elaborar reconciliações bancárias mensais e contas de adiantamentos	Até dia 10 / Justificação em 48h	3	3	3	3	Relatórios de reconciliação e justificativos	UAF
Assegurar backup dos dados institucionais	100%	3	3	3	3	Relatórios de backup	UAF
Actualizar licenças de software e pacotes em uso	100%	1	1	1	1	Licenças operacionais	UAF
Garantir gestão de e-mails e serviços de TI	100%	3	3	3	3	Serviços operacionais	UAF

3.1.2 Ambiente de Negócio e Clima de Investimento Competitivos

Nesta área estratégica estão incluídas as actividades de gestão do diálogo público privado e de coordenação do processo do DPP com vista ao seu aprimoramento e obtenção de melhores resultados.

Para 2027, prevê-se: (i) Elaborar e aprovar uma matriz de prioridades baseada na consulta nacional, (ii) Melhorar a fundamentação das propostas da CTA ao Governo; (vi) Mensurar o impacto das propostas; (vii) Participar na Comissão Consultiva do Trabalho. A tabela 9 sumariza as metas propostas para esta área estratégica.

As actividades de DPP, incluindo a realização da CASP, dos CMAN, reuniões dos Pelouros, GIRBI, workshops, Business Breakfast e Economic Briefings deverão ser orientadas por uma Matriz de Reformas Prioritárias 2027. A matriz será validada com os membros e deverá identificar, para cada reforma, o problema empresarial, a proposta da CTA, a instituição pública responsável, o prazo de incidência, o indicador de resultado e o benefício económico esperado. A agenda de advocacia deverá concentrar-se, prioritariamente, nas áreas seguintes:

Tabela 8. **Matriz de Reformas Prioritárias para 2027**

Área prioritária	Foco da intervenção da CTA	Indicadores de resultado
Disponibilidade de divisas e pagamentos internacionais	Acompanhar e propor soluções para o acesso a divisas e facilitação dos pagamentos internacionais.	Medidas adoptadas; evolução dos constrangimentos reportados pelas empresas; tempo/custo dos pagamentos, quando houver dados.
Reforma fiscal	Acompanhar propostas relativas ao IVA, IRPC, ISPC e racionalização de taxas, articulando as iniciativas já inscritas no Plano.	Propostas acolhidas; alterações legais aprovadas; impacto reportado pelas empresas.
Simplificação administrativa e digitalização	Acompanhar a simplificação de procedimentos e digitalização dos serviços públicos, incluindo aduanas, Balcão Único, selagem electrónica e e-factura.	Procedimentos simplificados/digitalizados; redução de etapas, prazos ou custos, quando mensurável.
Custos de logística, energia e transporte	Articular as propostas de infra-estruturas com a redução dos custos de energia, transporte e logística.	Medidas/projectos viabilizados; evolução dos custos e barreiras reportadas.
Acesso ao financiamento e liquidez	Acompanhar soluções de financiamento, Fundo de Garantia Mútua, factoring, BDM, scoring de PME e cobertura cambial.	Instrumentos operacionalizados; empresas que acedem a financiamento; montantes mobilizados, quando disponíveis.

Paralelamente, serão desenvolvidas as seguintes actividades de gestão do diálogo público privado e de coordenação do processo do DPP conforme patente na tabela 9:

Tabela 9. **Actividades de DPP**

Actividades	Indicadores	Metas				Resultado esperado	Responsável
		I	II	III	IV		
Participar na elaboração e implementação do novo PAMAN e fazer o acompanhamento da implementação do PRECE e outras	Auscultação pública realizada Parecer produzido	3	3	3	3	PAMAN aprovado e em implementação	UPCR

reformas aprovadas pelo Governo							
Participar activamente na discussão da proposta do instrumento legal que institucionaliza o Modelo DPP	Proposta discutida e consolidada	1	3	-	-	Modelo de DPP aprovado e institucionalizado	UPCR, GJ
Participar na elaboração da segunda geração do PAPE	Auscultação pública realizada Parecer produzido	2	2	-	-	PAPE aprovado e em implementação	UPCR
Monitorar a implementação da Lei e Regulamento de conteúdo local	Plano de acção de monitoria elaborado e executado	2	2	2	2	Monitorada a implementação da Lei e Regulamento de conteúdo local	UPCR, GAE
Participar na discussão de revisão do pacote fiscal (IRPC, ISPC e IVA)	Auscultação pública realizada Parecer produzido	1	2	2	-	Instrumento aprovado com a posição do sector privado incorporado	UPCR, UIAE
Participar activamente na elaboração da Estratégia Nacional de Compras Públicas Sustentáveis	Auscultação pública realizada Proposta do sector privado produzido	2	2	-	-	Aprovada a Estratégia Nacional de Compras Públicas Sustentáveis com contributos do sector privado e favorável à participação das empresas nacionais	UPCR
Acompanhar e monitorar o processo de aprovação e implementação da Lei que cria a taxa de turismo e a Lei que transforma Inhambane na capital do Turismo	Elaborado o plano de acção de monitoria e executado	2	2	2	-	Implementada a lei	UPCR
Realizar os Conselhos de Monitoria do Ambiente de Negócios	Avaliação o grau de cumprimento da matriz de reforma	-	1	-	1	Reformas do ambiente de negócios avaliadas e constrangimentos debatidos	UPCR, UIAE, UDARI
Realizar a XXII Conferência Anual do Sector Privado	Avaliação de nível de execução das matrizes sectoriais	-	-	1	-	Reforçado o DPP e alcançados compromissos entre o Governo e o sector	UPCR, UIAE, UDARI, GAE

	Directrizes da agenda de reformas para o ano seguinte Promoção de negócios					privado; e promovidas as oportunidades de negócios	
Participar nos encontros do GIRBI	Avaliação intermédia das matrizes sectoriais	1	1	1	1	Encontros técnicos realizados entre as partes e proposta de reformas discutidos	UPCR
Realizar a Conferência do Agronegócio	Conferência realizada	-	-	1	-	Promovida a competitividade do agronegócio e identificadas propostas de políticas de desenvolvimento do sector	UPCR, UIAE
Produzir position paper para Apoiar o Processo de Negociação do Salário Mínimo na CCT	Position paper realizado	1	-	-	-	Posição técnica dos empregadores fundamentada para a negociação do salário mínimo na CCT	UIAE, UPCR
Produzir Position Paper para Fundamentar a reformulação dos subsectores do Salário Mínimo	Position Paper realizado	1	-	-	-	Estudo produzido, socializado com os membros e parceiros sociais	UPCR, UIAE
Coordenar a participação nas negociações do salário mínimo nas subcomissões	Equipes negociais criadas e preparadas	-	8	-	-	Proposta de novos salário mínimo aprovada pelos sectores	UPCR
Produzir o Índice de Fazer negócios	Estudo realizado	-	1	-	-	Estudo realizado e socializado	UPCR,UIAE
Realizar um estudo de avaliação de impacto de implementação de reformas	Estudo realizado	-	1	-	-	Estudo realizado e socializado	UIAE, UPCR
Realizar reuniões sectoriais dos pelouros, reuniões de concertação e encontros bilaterais	Plano de acção para harmonização da metodologia de trabalho; Produção de matriz; Discussão técnica	30	30	30	30	Preocupações sectoriais discutidas e encaminhadas e reforçada a coordenação entre Pelouros e , entre Pelouro e Governo	UPCR
Organizar e participar no Diálogo de Alto Nível sobre o Emprego e trabalho em coordenação com parceiros sociais	Nº de reuniões realizadas	-	-	1	-	Questões de emprego e trabalho debatidas com os parceiros sociais e o Governo, com consensos para o mercado de trabalho	UPCR

Participar em eventos regionais e internacionais promovidos por organizações como (SADC-BC, OIT, SADC-private sector)	Assegurar o acompanhamento dos desenvolvimentos de matérias do sector	1	1	1	1	Reforçada a posição da CTA nas redes regionais e internacionais e identificadas oportunidades de parceria	UPCR, UIAE
Advogar junto do MISAU para regulamentação da Lei do SNS (Subsistema de Saúde Privada)	Auscultação realizada Proposta do sector privado produzida	1	1	-	-	Aprovada a regulamentação do subsistema de saúde privada, com incorporação dos contributos do sector privado	UPCR, GJ
Mapear com os Governos locais os portfólios de oportunidades de investimento, terras e energia	Produzida uma base de dados sobre oportunidades de investimento, terras e energia	-		1	-	Base de dado produzida; Oportunidades de investimento, terras e energia mapeadas e divulgadas a potenciais investidores	GAE, UPCR, UIAE
Participar na organização do Mozambique Tourism Summit e participar nos Grupos de Trabalho Interministeriais	Colaboração na elaboração do programa e apoio na preparação da conferencia				1	Conferência realizada	UPCR
Workshop sobre Regras Aduaneiras e Digitalização: Balcão Único, selagem electrónica e e-factura	Capacitação dos empresários sobre a matéria	-	1	-	-	Empresas informadas e capacitadas sobre as regras aduaneiras e as plataformas digitais (Balcão Único, selagem electrónica e e-factura)	UPCR, GAE
Workshop sobre Financiamento às MPME: Fundo de Garantia Mútua, factoring público e Banco Desenvolvimento de Moçambique	Linhas de financiamento divulgadas	-	-	1	-	MPME informadas sobre as diversas linhas de financiamento existentes e os requisitos de acesso	UPCR, GAE
Advocar para harmonização curricular do ensino superior às reais necessidades do mercado	Proposta produzida	-	1	1	-	Propostas de ajustamento curricular apresentadas, aproximando a formação superior das necessidades do mercado	UPCR
Advocar para retirada da incidência de 5% de IVA sobre a educação e saúde privada	Parecer produzido	-	1	-	-	Proposta submetida às entidades competentes para a retirada do IVA de 5% sobre a	UPCR, UIAE

						educação e a saúde privadas	
Apoiar organização da IV Conferência Anual de Seguros	Apoio técnico na organização da conferência realizada	-	-	1	-	Conferencia realizada Debate do sector segurador dinamizado e reforçada a advocacia	UPCR

O desempenho da advocacia será medido não apenas pelo número de encontros ou propostas submetidas, mas também pelo número de pareceres elaborados sobre as iniciativas legislativas, bem como a monitoria do nível de acolhimento das propostas do sector privado, reformas aprovadas e medidas efectivamente implementadas, bem como pelos benefícios observáveis para as empresas.

Um dos marcos das acções para 2027 apresenta uma agenda estratégica voltada para o fortalecimento institucional e a promoção do diálogo entre o sector privado e o Governo. Entre as diversas actividades previstas, destacam-se encontros de acompanhamento de reformas, produção de estudos e position papers, bem como a realização de fóruns empresariais e seminários nacionais. O Plano evidencia o compromisso da CTA em participar activamente na formulação de políticas públicas, na monitoria de leis relevantes como a de conteúdo local, e na dinamização de espaços de concertação que reforçam a voz do sector privado.

Dentro desta programação, sobressaem dois marcos de grande relevância: a realização da XXII Conferência Anual do Sector Privado (CASP), prevista para o terceiro trimestre, e a organização dos CMANs, que se distribuem ao longo do ano. A XXII CASP constitui um momento de convergência nacional, onde se debatem os principais desafios e oportunidades para o ambiente de negócios em Moçambique, enquanto os CMANs reforçam a articulação regional e sectorial, garantindo que as prioridades locais sejam integradas na agenda nacional. Estes eventos consolidam a posição da CTA como plataforma de diálogo e motor de propostas concretas para o desenvolvimento económico inclusivo.

Adicionalmente, prevê-se realizar Fóruns Empresariais Provinciais nas províncias de Nampula, Manica, Niassa, Inhambane e Maputo província, bem como assegurar apoio na preparação e participação na terceira edição da FENA - Feira Económica da Província de Nampula, e outros fóruns de investimento.

3.1.2.1 Infraestruturas e serviços como factores de competitividade

Em 2027 serão desencadeadas também actividades que promovam oportunidades de negócios e maior participação do sector privado nacional no tecido económico do país. Neste sentido, as actividades de advocacia em PPP, concessões, energia, água, saneamento, transportes e fiscalização de projectos deverão ser associadas a projectos concretos e a resultados para as empresas.

A CTA deverá consolidar, em coordenação com os Pelouros e membros, uma carteira de prioridades do sector privado, incluindo oportunidades de participação das empresas nacionais na construção, operação e manutenção de infra-estruturas.

Tabela 10. **Actividades de Infraestruturas e serviços como factores de competitividade**

Actividades	Indicadores	Metas				Resultado Esperado	Responsável
		I	II	III	IV		
Advocar pela priorização das Parcerias Público-Privadas (PPP) e Concessões Empresariais (CE) na implementação de projectos estruturantes	1. Projectos estruturantes financiados via PPP/CE; 2. Maior participação do sector privado nacional na construção de infra-estruturas	1	1	1	1	Assegurado maior participação do sector privado nacional na construção de infra-estruturas	GAE; UPCR
Advocar para a mobilização de financiamento para infra-estruturas estratégicas, incluindo energia, água e saneamento, estradas, pontes, portos, ferrovias, barragens e sistemas de irrigação	Financiamento para infra-estruturas estratégicas viabilizado.	1	1	1	1	Reforçada a mobilização de financiamento para infra-estruturas estratégicas, com participação do sector privado	GAE, UPCR
Participar na fiscalização e monitoria ambiental dos projectos	1. Maior transparência na execução de projectos; 2. maior protecção ambiental	1	1	1	1	Projectos monitorados com maior transparência na execução e maior protecção ambiental	GAE; UPCR

3.1.2.2 Conteúdo local e Desenvolvimento do capital humano

A CTA, incluindo o Bureau de Conteúdo Local, irá concentrar-se num conjunto de áreas práticas de actuação que ligam investidores, governo, parceiros de desenvolvimento, empresas e comunidades em torno de objectivos claros de Conteúdo Local. Neste âmbito, será dado foco para promover a entrada e permanência das PMEs em cadeias de fornecimento associadas a grandes investimentos bem a advocacia pelo reforço do conteúdo local na despesa pública. Inclui apoio a serviços de desenvolvimento empresarial, mentoria, incubação e orientação para acesso a financiamento, bem como aconselhamento prático sobre normas, contractos e preços.

A intervenção da CTA deverá evoluir da advocacia e realização de encontros para a preparação operacional de empresas nacionais para as cadeias de fornecimento dos grandes projectos.

Tabela 11. **Actividades de Conteúdo Local e Desenvolvimento do Capital Humano**

Actividades	Indicadores	Meta				Resultado esperado	Responsável
		I	II	III	IV		
Advocar a inclusão de empresas moçambicanas como accionistas em grandes empreendimentos;	N.º de acções de advocacia realizadas; N.º de empresas moçambicanas com	Permanente				1. Aumento da participação accionista nacional em mega-projectos; 2. Fortalecimento do	UPCR, GAE

	participação accionista em mega-projectos						empresariado nacional	
Advocar para o fortalecimento da participação de fornecedores e prestadores de serviços locais nas diversas fases dos mega-projectos (construção, logística, manutenção, alimentação, segurança, entre outros),	N.º de acções de advocacia realizadas; N.º/valor de contratos atribuídos a fornecedores locais; N.º de MPME integradas nas cadeias de valor	Permanente					1. Aumento da quota de fornecedores locais aos mega-projectos; 2. Maior integração de MPMEs nas cadeias de valor	UPCR, GAE
Estabelecer acordos com empresas internacionais para a formação e transferência gradual de conhecimento técnico a quadros moçambicanos;	N.º de acordos de formação estabelecidos; N.º de técnicos moçambicanos formados		1	1			1. Programas de formação implementados; 2. Técnicos moçambicanos capacitados; 3. Redução da dependência de mão-de-obra estrangeira	UPCR, GAE
Advocar para a criação de laboratórios, centros de inovação e incubadoras em sectores estratégicos	N.º de propostas apresentadas para a criação de laboratórios, centros de inovação e incubadoras				1		1. Centros de inovação criados em sectores estratégicos; 2. Desenvolvimento de soluções locais	UPCR, GAE
Advocar para a diversificação económica com base nas receitas provenientes dos recursos naturais	N.º de propostas/posições submetidas sobre a utilização das receitas dos recursos naturais para a diversificação económica	Permanente					1. Investimentos direccionados para sectores prioritários; 2. Redução da dependência de recursos não renováveis; 3. Crescimento de sectores como agronegócio, turismo e pescas	UPCR, GAE
Mapear os sectores, empresas prioritários, oportunidades de conteúdos local e desenvolver planos de implementação específicos para cada sector	Sectores prioritários mapeados e empresas identificadas Planos sectoriais de implementação desenvolvidos	Permanente					Mapeados pelo menos 3 sectores estratégicos, com identificação das principais empresas e respectivas necessidades de fornecimento local Desenvolvido pelo menos um plano sectorial de implementação	UPCR, UIAE

3.1.2.3 Investigação e Análise Económica

A CTA irá produzir estudos e posicionamentos que respondam às prioridades da advocacia empresarial. Neste âmbito, propõe-se realizar as seguintes actividades:

Tabela 12. **Actividades de Investigação e Análise Económica**

Actividades	Indicadores	Metas				Resultado Esperado	Responsável
		I	II	III	IV		
Organizar Workshops de Reflexão Temática	Nº de Workshops realizados		1	1	1	Aprofundada a reflexão temática e fundamentadas as posições da CTA	UIAE; UDARI
Elaborar Position Papers sobre assuntos específicos da actualidade	Nº de Position Papers elaborados	1	1	1	1	Posições da CTA fundamentadas tecnicamente e submetidas aos decisores sobre temas da actualidade	UIAE
Realizar os Economic Briefings	Nº de eventos realizados	1	1	1	1	Membros e parceiros informados sobre a conjuntura económica e as perspectivas para o sector privado	UIAE, UDARI
Elaborar o relatório de actividades e Contas 2026	Nº de relatórios elaborados	1				Prestação de contas do exercício de 2026 assegurada e submetida à Assembleia-Geral	UIAE
Elaborar o relatório de monitoria do grau de execução do plano 2027	Nº de relatórios elaborados	1	1	1	1	Execução do Plano de 2027 acompanhada trimestralmente e adoptadas atempadamente medidas correctivas	UIAE
Elaborar a proposta de plano de actividades 2028	N.º de planos elaborados				1	Proposta de Plano de Actividades e Orçamento de 2028 elaborada e submetida dentro do prazo	UIAE
Estudo sobre custos de contexto e competitividade empresarial	N.º de estudos concluídos e divulgados		1			Identificação e análise dos custos administrativos, fiscais, logísticos, energéticos e financeiros que afectam as empresas.	UIAE, associações e empresas;

Nota de análise sobre liquidez, crédito, divisas e custos de financiamento	N.º de notas de análise elaboradas			1		Acompanhamento da evolução e dos constrangimentos de financiamento e liquidez empresarial.	UIAE;
Estudo sobre participação nacional nas cadeias de valor dos grandes projectos	N.º de estudos concluídos e divulgados				1	Mapeamento de oportunidades, barreiras e níveis de participação das empresas nacionais.	UIAE, Pelouros e área de Conteúdo Local.
Elaboração dos relatórios de robustez empresarial	N.º de relatórios de robustez empresarial elaborados	1	1	1	1	Acompanhamento trimestral da percepção empresarial e da robustez das empresas.	UIAE
Estruturar proposta de mobilização de financiamento	N.º de propostas de financiamento estruturadas		1	1		Mobilização de financiamento estruturada para suporte à execução do Plano	UIAE, UAF

3.1.3 Fortalecimento das MPMEs e promoção do empreendedorismo feminino e juvenil

No que tange ao fortalecimento das micro, pequenas e medias empresas e a promoção do empreendedorismo feminino e juvenil, em 2027, prevê-se realizar actividades de promoção e apoio as empresas para desenvolvimento de negócios sustentáveis.

As iniciativas de capacitação, certificação e acesso ao financiamento serão articuladas num Programa Integrado de Desenvolvimento das MPMEs, evitando que a capacitação ou a certificação sejam tratadas como resultados finais. O programa deverá acompanhar a evolução das empresas beneficiárias durante 6 a 12 meses após a intervenção, sempre que a duração dos projectos e os recursos o permitam. De forma específica, a tabela 13 mostra de forma detalhada as actividades a serem desenvolvidas:

Igualmente, será levado a cabo o Programa de Certificação Especializada para Empresas Jovens e Femininas, que consistirá em prover apoio a empresas lideradas por jovens e mulheres na obtenção de certificações reconhecidas (qualidade, compliance, ambiente, segurança e sectoriais), fortalecendo a credibilidade, competitividade e a capacidade de integrar cadeias de valor nacionais e internacionais.

No que diz respeito à Gestão Sustentável do Financiamento Empresarial, o foco será em garantir acesso ao financiamento e capacitação em auditoria, compliance e literacia financeira. Esta actividade assegura que as empresas desenvolvam práticas de gestão sustentáveis, permitindo que utilizem de forma eficaz e responsável os recursos recebidos, garantindo continuidade operacional e crescimento de longo prazo.

Tabela 13. **Actividades de Desenvolvimento e Apoio Empresarial**

Actividades	Indicadores	Metas				Resultado esperado	Responsável
		I	II	III	IV		
Desenvolver o Estudo de Base Sobre a Certificação Empresarial: Oportunidades e Desafios	Nº de estudos realizados		1			Perceber as dificuldades das PMEs para implementar o sistema de gestão de qualidade	GAE
Implementar o projecto +Emprego II (Nampula e Cabo Delgado) e o programa de Certificação	Nº de Empresas Beneficiárias do projecto e certificação	1	1	1	1	Empresas de nampula e cabo delgado capacitadas e certificadas	GAE
Organizar sessões de Market Place e salas de negócios no âmbito da CASP 2027	Nº de Market place e salas de negócios			1		Promover oportunidades de negócios e financiamentos para as empresas	GAE
Identificar e divulgar linhas alternativas de financiamento	Número de linhas identificadas	1		1		Partilhar janelas alternativas de financiamento para as PMEs	GAE
Realizar a primeira edição do Start up Investment Fórum	N.º de edições realizadas			1		Promover soluções de investimento para projectos iniciantes	GAE
Prestar Assistência as Empresas no desenvolvimento de negócios	Número de empresas assistidas		25		25	Assistir as empresas na realização dos seus negócios	GAE
Organizar as sessões dos Business Breakfast com Ministros	Nº de Business Breakfast	1	1	1	1	Dialogar com o governo no âmbito do DPP	GAE, UDARI
Organizar as sessões dos Business Supplier Day com Multinacionais e grandes Projectos	Nº de Business Supplier Day	1	1	1	1	Aproximados os sectores público e privado para resolução de assuntos correntes sectoriais	GAE
Implementar o Ciclo de capacitações empresariais	N.º de capacitações realizadas		1		1	Transferir conhecimento empresarial para o beneficio das empresas	GAE
Coordenar a implementação do projecto Mozjobs a nível do sector privado	Reuniões de coordenação realizadas Plano de acompanhamento estabelecido		1		1	Articulação eficaz entre CTA e ANEP Maior integração das necessidades de mão-de-obra nacional nas iniciativas do projecto	UPCR, GAE

Importa realçar que em 2027, em parceria com alguns parceiros estratégicos será implementado um ciclo de capacitação, composto por um leque de temas de interesse do sector privado e com conteúdos diversificados ministrados por especialistas de diversas áreas abrangendo temáticas de gestão, fiscalidade, certificação e laboral.

3.1.4 Relação de actividades a serem desenvolvidas pelo Gabinete Jurídico

Em 2027, o Gabinete Jurídico da CTA concentrará as suas acções na consolidação da segurança jurídica institucional e no apoio normativo aos processos estratégicos da Confederação.

Tabela 14. **Actividades do Gabinete Jurídico**

Actividades	Indicadores	Metas				Resultados esperados	Responsável
		I	II	III	IV		
Assessoria jurídica e emissão de pareceres	Número de processos recebidos tratados dentro dos prazos acordados	Permanente				Todos processos tramitados	GJ
Revisão de contratos e memorandos	Iinstrumentos submetidos sujeitos a análise prévia	Permanente				Todos os instrumentos submetidos sujeitos a análise prévia	GJ
Actualização do registo de contractos, memorandos e acordos	Registo actualizado e prazos monitorados	Permanente				Contratos, memorandos e acordos e actualizados, com os prazos de vigência controlados	GJ
Monitoria jurídica dos Memorandos de Entendimento	Assegurar a monitorar	Permanente				Maior efectividade dos Memorandos de Entendimento	GJ
Revisão dos Estatutos e regulamento eleitoral	Relatórios com propostas de revisão				1	Estatutos revistos e regulamento aprovads	GJ
Acompanhamento dos processos dos membros, CEN, CEPs e CEDs	Processos submetidos acompanhados e documentos	Permanente				Processos dos membros e dos órgãos (CEN, CEPs e CEDs) acompanhados e tramitados dentro dos prazos	GJ
Apoio ao regularização documental dos membros	Processos acompanhados e pendências identificadas	1	1	1	1	Documentação legal dos membros regularizada	GJ
Produção de artigos jurídicos	4 artigos	1	1	1	1	Artigos jurídicos produzidos	GJ
Acompanhamento de litígios e reclamações	Processos registados e prazos monitorados	1	1	1	1	Litígios e reclamações acompanhados dentro dos prazos legais	GJ

O Gabinete Jurídico assegurará, igualmente, o apoio à preparação e realização das Assembleias Gerais da CTA, incluindo a análise da conformidade dos documentos preparatórios (convocatórias, ordens de

trabalhos e outros), bem como o acompanhamento jurídico durante a realização das sessões, garantindo que os actos deliberativos estejam alinhados com os Estatutos e a legislação aplicável.

Para além das actividades específicas, o Gabinete Jurídico manterá um serviço contínuo de assessoria jurídica às diferentes unidades, pelas quais e pela direcção da CTA, contribuindo para a legalidade e regularidade de todas as acções institucionais.

4 ORÇAMENTO

4.1 Pressupostos

As principais assunções assumidas na elaboração do Plano e Orçamento 2027 são:

- Crescimento económico de 1,6%;
- Inflação de 7%;
- Continuidade da estabilidade cambial;
- Orçamento equilibrado;
- Reforço da mobilização de recursos, através da maior contribuição de quotas das empresas do CEN e busca de patrocínios para os principais fóruns de DPP;
- Continuidade do projecto mais emprego, e da GAIN;
- Reconhecimento da existência de riscos externos (El Niño, restrições de liquidez e escassez de divisas, redução dos fluxos de ajuda externa) com possíveis impactos sobre a programação de actividades e financeira.

4.2 Previsão de Receitas

O orçamento global para 2027 está estimado em 127.171.476,83 Meticais, o que representa um aumento de 7,3% face ao montante de 118.471.419,4 planificado em 2026.

Para 2027 está previsto um montante de 127,17 Milhões de Mt de encaixe em receitas, dos quais 55% são Receitas Próprias e 45% são referentes ao Apoio dos Parceiros de Cooperação. A tabela abaixo ilustra a distribuição dos valores por fonte de recursos.

Tabela 15. **Previsão de Receitas Total (Meticais)**

Fonte de Recursos	Valor (MT)	Peso
Receitas Próprias	69.748.119,43	55%
Apoio de Parceiros de Cooperação	57.423.357,40	45%
Total	**127.171.476,83**	**100%**

Esta repartição de receitas reflecte o esforço interno que se pretende levar a cabo para assegurar a materialização dos propósitos da Confederação, num contexto em que há mudanças a nível internacional no modelo de financiamento de acções ligadas a organizações da sociedade civil.

4.2.1 Receitas Próprias

Para o ano de 2027, espera-se um volume de receitas próprias na ordem de 69,748 milhões de Mt, ou seja, 55% do total das receitas, discriminado conforme é ilustrado na tabela abaixo.

Tabela 16. **Fonte de Receitas Próprias (Meticais)**

Receitas Próprias	Valor (MT)	Peso
Quotas dos Membros	17.634.000,00	25,28%
Rendas e Dividendos	48.614.119,43	69,70%
Capacitações e workshops	500.000,00	0,72%
Missões empresariais	3.000.000,00	4,30%
Total	**69.748.119,43**	**100%**

As rendas e dividendos representam 48.614.119,43 MT (69,70% das receitas próprias e cerca de 38,2% do orçamento global). Considerando a exposição desta receita à evolução das importações, ao desempenho da MCNET e à distribuição de dividendos, a execução do orçamento será acompanhada por uma análise de sensibilidade com três cenários:

Tabela 17. **Cenários de Sensibilidade das Receitas de Rendas e Dividendos**

Cenário	Pressuposto	Implicação para a execução
Optimista	Receitas de rendas e dividendos acima do previsto.	Possibilidade de reforçar actividades prioritárias, mediante aprovação orçamental.
Base	Realização das receitas previstas.	Execução do plano nos termos aprovados.
Adverso	Dividendos inferiores ao previsto.	Activação de medidas de contenção, reprogramação e protecção das actividades estratégicas.

Esta previsão das receitas próprias também é fundamentada por uma maior contribuição das quotas provenientes dos membros, principalmente na componente das empresas do CEN, e uma recuperação dos dividendos face a um maior dinamismo que se espera da economia nacional em 2027.

Todavia, a CTA deverá preparar uma estratégia de médio prazo para diversificação das receitas próprias, incluindo reforço da cobrança de quotas, prestação de serviços aos membros, programas de capacitação, patrocínios estruturados e outras fontes sustentáveis.

4.2.2 Apoio de Parceiros de Cooperação

O apoio dos Parceiros de Cooperação representa 45% do plano de receitas para 2027. Esta previsão é resultado da:

(i) A rubrica dos patrocínios é influenciada pela previsão dos patrocínios para a XXII CASP. Para o efeito, será assegurado um maior engajamento junto de parceiros para a realização de actividades como a XXII CASP, os CMAN, os Economic Briefing, Business Breakfast, e CTA Business Supplier Day, bem como dos Fóruns Empresariais Provinciais.

(ii) A continuidade do projecto Mais Emprego, para a execução de acções de promoção da empregabilidade, desenvolvimento empresarial, incluindo certificação de PMEs, e inclusão económica com foco para as províncias de Cabo Delgado e Nampula bem como a realização da 1ª edição do Start Up Investment Forum;

(iii) GAIN – referente à mobilização e apoio ao sector privado para aumentar a participação, contribuição e empenho na melhoria da nutrição e do acesso da população moçambicana a alimentos nutritivos e seguros (incluindo alimentos fortificados e de origem animal), a criação de um mercado dinâmico e competitivo, bem como um sector empresarial que contribua para o bem-estar económico e social dos moçambicanos.

Tabela 18. **Previsão de Receitas Provenientes de Parceiros de Cooperação (Meticais)**

Apoio dos Parceiros de Cooperação	Valor (MT)	Peso
Mais Emprego	16.571.000,00	29%
GAIN	1.265.400,00	2%
Patrocínios	39.586.957,40	68,94%
Total	**57.423.357,40**	100%

4.3 Previsão da Despesa

4.3.1 Previsão da Despesa por Área Estratégica

A previsão de despesas para 2027 totaliza 127.171.476,83 meticais, incluindo a contingência de 5%, a ser aplicada nas áreas estratégicas, conforme a tabela de despesas.

Tabela 19. **Previsão da Despesa por Área Estratégica (Meticais)**

Rubricas	Valor (MT)	Peso
1. Reforço da Capacidade Institucional, Coesão e Representatividade	45.714.285,71	36%
2. Ambiente de Negócios e Clima de Investimentos Competitivos	52.456.540,67	41%
3. Fortalecimento das MPMES e Promoção	22.944.865,83	18%
Sub total	**121.115.692,22**	**95%**

Contingência - 5%	6.055.784,61	5%
TOTAL	**127.171.476,83**	100%

Em termos de alocação do orçamento, a área de Desenvolvimento e Capacitação Institucional absorve 45,714 milhões de Mt, o equivalente a 36,0% da despesa total. Importa salientar que, para além dos gastos com o pessoal, esta rubrica abrange igualmente, os encargos relacionados com despesas administrativas e de funcionamento; despesas com as Delegações Empresariais Provinciais; e amortização de dívidas da CTA junto de terceiros, cujo peso ascende a 16,7% das despesas administrativas e de funcionamento.

Entre as demais rubricas estratégicas, destaca-se a dedicada ao Diálogo Público-Privado com uma despesa prevista de 52,456 milhões de Mt, equivalente a 41,0% do orçamento. Segue-se a área de Fortalecimento das MPMES e Promoção do empreendedorismo feminino e juvenil cuja despesa estimada é de 22,94 milhões de Mt, representando 18% do total.

4.3.2 Actividades com Maior Impacto Orçamental

Do orçamento global importa destacar as actividades com maior impacto orçamental, conforme a tabela 20.

Tabela 20. **Despesa Prevista das Actividades com Maior Impacto Orçamental (Meticais)**

ACTIVIDADES	VALORES EM MT	Peso
Implementar o Projecto Mais emprego	16.571.000,00	13,03%
Realizar a XXII CASP	27.440.852,00	21,58%
Actividades de Funcionamento CTA/CEPs	33.215.564,09	26,12%
Realização de Conferências+Economic Briefing+Business Breakfast	8.000.000,00	6,29%
Total	**85.227.416,09**	67,02%
Gasto Total	127.171.476,83	100%

As despesas de maior impacto orçamental totalizam cerca de 85,22 milhões de Mt, o que corresponde a 67% do orçamento global. Deste montante, aproximadamente 16,57 milhões de Mt estão destinados à implementação do Projecto Mais Emprego nas províncias de Nampula e Cabo Delgado, em parceria com o Instituto Camões.

Adicionalmente, cerca de 27,4 milhões de Mt serão aplicados na realização da XXII CASP, prevista para ocorrer no terceiro trimestre de 2027. O orçamento da XXII CASP deverá ser acompanhado por um plano de mobilização de recursos, assim como a realização dos Business Breakfast, Economic Briefings, conferências e outros eventos.

5 Monitoria e Avaliação

A Direcção Executiva instituirá um mecanismo de monitoria trimestral, com informação física e financeira por actividade, unidade responsável, intervenientes, prazo, orçamento e evidências de execução. Os relatórios serão submetidos semanalmente a nível das unidades/Direcção Executiva/CEPs, mensalmente ao Conselho Directivo, trimestralmente ao Conselho Fiscal, e Anualmente será feita a Auditoria Externa, cujo relatorio será apreciado pela Assembleia Geral.

As Actividades com execução abaixo do previsto deverão ter medidas correctivas e, quando necessário, reprogramação de recursos.

Tabela 21. **Matriz de Riscos e Medidas de Mitigação**

Risco	Medida de mitigação / resposta	Responsável	Monitoria
Menor realização de receitas MCNET/dividendos	Cenários de sensibilidade, controlo de compromissos e plano de contenção de despesas não prioritárias.	UAF / Direcção Executiva	Trimestral
Redução ou atraso de fundos de parceiros	Classificação do grau de confirmação das receitas e execução condicionada ao desembolso/contratualização.	UAF e responsáveis dos projectos	Mensal/trimestral
Aumento dos custos de funcionamento	Controlo orçamental, análise de desvios e medidas de eficiência.	UAF/Direcção Executiva/Conselho Directivo	Mensal
Fraca participação dos membros no pagamento de quotas	Programa nacional de auscultação, comunicação de retorno e indicadores de satisfação/participação.	UDARI, DEPs e Pelouros	Trimestral
Fraco alinhamento nas prioridades das reformas/implementação de reformas	Matriz de reformas, diálogo com instituições responsáveis e sistematização dos constrangimentos.	UPCR, Pelouros e UIAE	Trimestral
Limitações de capacidade técnica e operacional	Plano de capacitação, clarificação de responsabilidades e priorização das actividades.	Recursos Humanos e Direcção Executiva	Semestral
Instabilidade macroeconómica e choques externos	Revisão periódica dos pressupostos e reprogramação conforme os cenários.	Direcção Executiva / UIAE/ UAF	Trimestral
Actividades não programadas propostas por parceiros	Priorização das actividades, mobilização de membros dos pelouros e orgãos sociais para atender a demanda.	Direcção Executiva/UPCR/Pelouros	Permanente

6 CONCLUSÃO

A presente proposta de Plano de Actividades e Orçamento para 2027 constitui um roteiro operacional claro, coerente e alinhado com os eixos estratégicos consagrados no Plano Estratégico 2026-2029.

O documento reflecte o compromisso firme da CTA de reforçar a sua liderança do sector privado nacional, promovendo a melhoria contínua do ambiente de negócios, o reforço da competitividade e resiliência do tecido empresarial e a dinamização do crescimento económico.

No ano de 2027, a CTA concentrará os seus esforços nos seguintes eixos de actuação:

- Consolidação de um Diálogo Público-Privado mais efectivo e orientado a resultados, através de uma participação estruturada na formulação e monitoria de políticas públicas, da produção de estudos fundamentados e da organização de espaços de concertação de alto nível, como a XXII Conferência Anual do Sector Privado.

- Acompanhamento da implementação do PRECE; participar na elaboração do novo PAMAN e monitorar a sua implementação; acompanhamento do processo de elaboração da regulamentação das leis da reformas do sector extractivo, bem como a monitorização da sua implementação; a revisão do pacote fiscal sobretudo (10% do IRPC na agricultura, IRPS, revisão da alíquota do ISPC e integração das cooperativas, isenção do IVA nas transmissões de açúcares, óleos e sabões), bem como, na incidência zero sobre educação e saúde privada e racionalização de taxas.

- Fortalecimento da coesão e representatividade interna, mediante um programa intensivo de visitas e auscultação aos membros, reforço das associações empresariais e dinamização dos órgãos sociais, garantindo que a voz do empresariado nacional seja unificada e influente.

- Apoio directo ao desenvolvimento sustentável das empresas, com foco em assistência, capacitação, acesso a financiamento, inovação e inserção em cadeias de valor, dando especial atenção aos jovens, mulheres e PMEs.

- Promoção de ligações empresariais e internacionalização, através da organização de missões, feiras e plataformas de *networking* que ampliem mercados e atraiam investimento; e

- Reforço contínuo da capacidade institucional, investindo na modernização dos processos, na gestão eficiente de recursos e no desenvolvimento das competências dos colaboradores, para assegurar uma organização ágil, transparente e financeiramente sustentável.

A execução deste plano, no contexto das expectativas de recuperação económica moderada para 2027, será crucial para consolidar os ganhos alcançados e posicionar a CTA como o interlocutor indispensável entre o sector privado e o Governo. A Confederação reafirma assim o seu papel de liderança na defesa de um sector privado dinâmico, inclusivo, sustentável e ético, capaz de impulsionar o desenvolvimento económico e social de Moçambique.

*Anexo 1 .*Principais Actividades a serem desenvolvidas pelas Delegações Empresariais Provinciais

Actividade Planificada	Acções	Indicador	Meta
Dialogo Público-privado	Assegurar a participação nos principais fóruns de diálogo com os governos provinciais, incluindo Fórum de Consulta e Concertação Social (FOCCS) e Observatório de Desenvolvimento Provincial;	Número de reuniões	**20**
	Elaboração da Matriz do DPP	Elaborada a Matriz do DPP	**10**
	Reuniões dos Grupos sectoriais de Trabalho	Número de reuniões	**50**
	Fórum Empresarial Provincial(FEP)	Número de fóruns realizados	**10**
	Realização de Reuniões Regulares do CEP	Número de reuniões	**70**
Desenvolvimento Associativo	Assistência e apoio aos membros	Número de membros apoiados	**40**
	Acções de capacitações aos membros e CEDs	Números de capacitações	**20**
	Assistência aos CEDs visitas de Trabalho	Número de assistências	**22**
Actualização e Alargar a Base de Dados	Mapear as PMES\Potencialidades	PMEs Mapeados	**50**
	Apoio na Legalização das PMES/ parceiros - GIZ, ADEM, ADVZ	Número de PMES Legalizadas	**20**
	Actualização da Base de Dados dos CEP e CEDs	Base de dados actualizados	**10**
Divulgações	Linhas de Financiamentos de Parceiro (ADVZ)	Numero de sessões de divulgação	**1**
	Fundo Catalítico para Inovação	Numero de sessões de divulgação	**1**

Por uma CTA Dinâmica, Inclusiva, Sustentável e Ética!